

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024 ¹

1. Introdução

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, tem como competência principal a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de outubro de 2013, foram aprovadas a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. Em setembro de 2018, a Assembleia de Cotistas do Fundo aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP destinado à operação, manutenção do Sistema Viário BA-052 e construção de ponte-travessia sobre o rio São Francisco entre os municípios baianos de Xique-Xique e Barra (Sistema Viário BA-052). Em abril de 2019, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP que visa à implantação e operação de Veículo Leve sob Trilhos – VLT do Subúrbio. Em novembro de 2020, a Assembleia de Cotistas aprovou a constituição de garantia para o Contrato de PPP para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador – Ilha de Itaparica. E, em março de 2021, a constituição de garantia do Projeto VLT do Subúrbio foi reti-ratificada em reunião extraordinária da Assembleia de Cotistas.

Este documento tem por objetivo apresentar o comportamento dos principais indicadores do FGBP no exercício de 2024 e está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP, para o devido acompanhamento da gestão do Fundo, conforme rege o inciso IV, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não foram realizados novos negócios com os recursos do FGBP no exercício de 2024. Todo o patrimônio do Fundo manteve-se aplicado em fundos de renda fixa e referenciado.

3. Obrigações contraídas no período

Não foram contraídas novas obrigações para o FGBP no exercício de 2024.

4. Honra a garantias

Em 2024, o Fundo não realizou pagamentos para honra de garantias e nem recebeu valores referentes a pagamentos realizados no passado.

5. Evolução Patrimonial do Fundo

5.1. Conjuntura econômica de 2024 e perspectivas para 2025

A economia nacional registrou crescimento de 3,4% em 2024, maior patamar desde 2021. O setor de serviços foi o principal responsável por esse resultado, seguido pela indústria. Contrariando as expectativas e a trajetória recente, o setor agropecuário apresentou desempenho negativo. Essas evoluções setoriais estão alinhadas com o que se viu no mercado de trabalho: houve incremento do número de pessoas com carteira assinada e crescimento do rendimento médio. O nível geral de preços, pressionado com a dinâmica da economia, fez com que o Banco Central precisasse recorrer à elevação da taxa básica de juros, de modo a assegurar a meta de inflação. No final de 2024, a taxa SELIC atingiu 12,25% a.a., após uma escalada de incrementos ao longo do ano. A política monetária contracionista se fez sentir no último trimestre do ano, quando os indicadores de atividade econômica começaram a apresentar desaceleração. Para 2025, a expectativa é de que, com a manutenção do movimento de ascensão da taxa básica de juros, o dinamismo econômico fique prejudicado, repercutindo numa taxa de crescimento do PIB menor que a de 2024. O maior desafio deve ser o alcance do equilíbrio fiscal.

Em relação à economia global, o FMI estimou manutenção da taxa de crescimento da atividade econômica nas projeções divulgadas em janeiro de 2025: o incremento de 2,7% deve manter-se por 2025 e 2026. As economias avançadas devem crescer 1,7% em 2025, e 1,8% em 2026. As economias emergentes e em desenvolvimento, no conjunto, mantêm-se mais ativas, com incrementos de 4,1% em 2025, e 4,0% em 2026. Neste subconjunto, a contribuição do Brasil é modesta, uma vez que o FMI estima taxa de crescimento do PIB de 2,2% para 2025, e de 2,3% para 2026.

No que se refere ao patrimônio do FGBP, cabe registrar que, ao longo do ano, os recursos do Fundo permaneceram aplicados no mercado financeiro, em títulos de renda fixa, referenciados no DI. Como a taxa básica de juros experimentou ritmo de elevação, os rendimentos do Fundo incrementaram-se de forma positiva.

A política de tratamento dos ativos do FGBP não deverá se modificar

em 2025, o que significa dizer que os recursos disponíveis do Fundo permanecerão aplicados em títulos de renda fixa, referenciados na taxa do CDI. Para a contabilização do patrimônio, além dessas disponibilidades, se observa a sub-rogação dos direitos referentes à honra de garantias realizadas.

5.2. Principais movimentações em 2024

As movimentações do Fundo no ano de 2024 foram as receitas provenientes das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro, que somaram R\$ 34,7 milhões, e as despesas administrativas que totalizaram R\$ 1,7 milhão. Ao final do período, o FGBP contava com R\$ 356,7 milhões em aplicações financeiras e R\$ 34,4 milhões em direitos a receber por conta de garantias honradas.

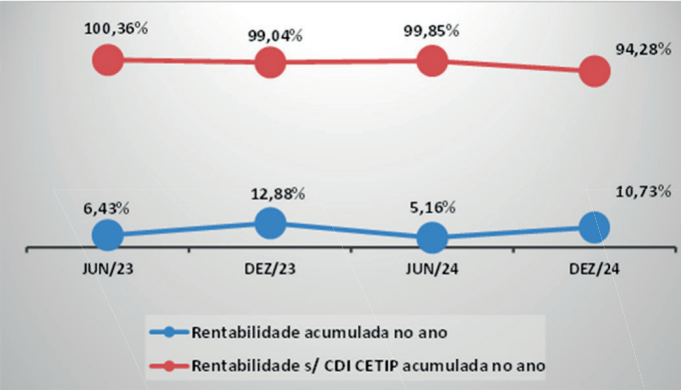
Desde a criação do FGBP, com os seus recursos, foram honrados compromissos do Estado da Bahia no projeto SMSL no montante de R\$ 590,0 milhões, dos quais R\$ 555,7 milhões foram devolvidos ao caixa do FGBP.

5.3. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas

Os recursos disponíveis do FGBP estiveram aplicados em fundos de renda fixa e referenciado no CDI, conforme a política de investimentos do fundo.

No gráfico 5.3.1, exibido a seguir, observa-se a rentabilidade dos valores aplicados, já consideradas as despesas do fundo com taxa de administração e outros custos administrativos.

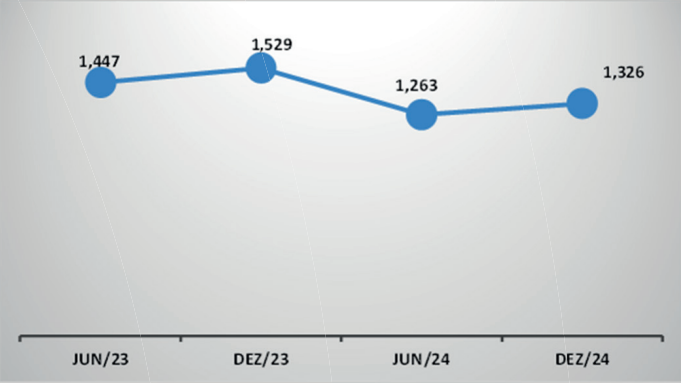
Gráfico 5.3.1 – Rentabilidade dos recursos disponíveis do FGBP



A relação entre o patrimônio disponível e as garantias outorgadas sofreu oscilações ao longo dos quatro últimos semestres. No início de 2024, o principal fator explicativo da oscilação de queda da relação foi a atualização monetária do valor destacado para garantia do projeto de SMSL. Nos demais períodos, o incremento do indicador é explicado pela rentabilidade dos recursos disponíveis do Fundo aplicados no mercado financeiro.

No gráfico seguinte, observa-se a evolução da relação patrimônio disponível e garantias nos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.2 – Relação Patrimônio Disponível/Garantias



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					
ATIVO					
	Nota	2024	2023		
Circulante		391.107	358.224		
Instrumentos financeiros	4	356.690	323.807		
Outros ativos	5	34.417	34.417		
Total do ativo		391.107	358.224		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	2024	2023		
Circulante		156	144		
Obrigações diversas	6	156	144		
Patrimônio líquido	7	390.951	358.080		
Capital Social		126.005	126.005		
Reserva de lucros		264.946	232.075		
Total do passivo e do patrimônio líquido		391.107	358.224		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
		2024	2023		
Lucro líquido		32.871	35.163		
Outros resultados abrangentes		-	-		
Resultado abrangente total		32.871	35.163		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					
	Nota	2024	2023		
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		32.871	35.163		
Variações patrimoniais					
Títulos e valores mobiliários		(50.444)	51.976		
Outras obrigações		12	(18)		
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		(17.561)	87.121		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Resgate de cotas	7	-	-		
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		-	-		
Aumento líquido/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(17.561)	87.121		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3g	87.121	-		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3g	69.560	87.121		
Aumento líquido/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(17.561)	87.121		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)					

1. Contexto operacional

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP ("Fundo") foi instituído pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012.

O Fundo tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas ("PPP") celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 3 de junho de 2013. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ao Estado da Bahia. Com a publicação do estatuto em 27 de setembro de 2013 tiveram início as operações do Fundo. O aporte de capital ocorreu em 15 de outubro de 2013.

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A ("Desenbahia") foi designada administradora do Fundo pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012.

Política de investimentos

A política de investimentos do Fundo tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez. O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor delas.

A gestão do Fundo deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

É importante destacar que as aplicações em títulos e valores mobiliários estão representadas por cotas de fundos de investimentos lastreados, principalmente em ativos conservadores não suscetíveis a oscilações significativas no valor de suas cotas, mesmo com a instabilidade no mercado financeiro.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

De acordo com o regulamento do Fundo, ele tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A. As operações do fundo se assemelham às operações do

seu Administrador e algumas normas aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) são adotadas sem prejuízo às práticas contábeis adotadas no Brasil. As suas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo estas práticas. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Desenbahia em 07 de abril de 2025.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Fundo.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.

(a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios;

(b) Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes;

(c) Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos de investimento;

(d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;

(e) As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;

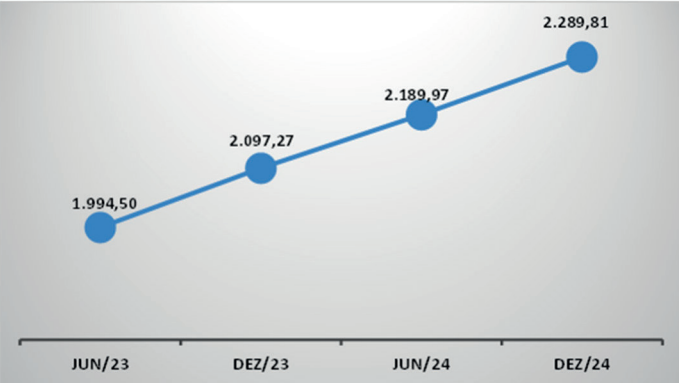
(f) Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos.

(g) Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa e cotas de fundos de investimento com característica

No que se refere ao valor da cota, nota-se que ela se mantém crescente ao longo do tempo. Isto decorre do fato de o patrimônio total do FGBP se constituir, essencialmente, de uma parcela de ativos que, por estarem aplicados no mercado financeiro, se valorizam por conta da rentabilidade auferida, e de outra parcela referente ao pagamento das garantias honradas. Essa segunda parcela não se valoriza no tempo, mas tampouco reduz o patrimônio, uma vez que o Fundo se sub-roga no direito do parceiro privado a receber, do poder concedente, os valores honrados.

Segue o valor da cota no final dos últimos quatro semestres.

Gráfico 5.3.3 – Valor da Cota (R\$)



5.4. Encargos debitados

Os encargos e taxas debitados no ano de 2024, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 1.770,1 mil (0,46% do patrimônio médio₂), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 1.032,3 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2023 a novembro/2024);
- R\$ 688,2 mil referem-se à taxa de administração da Bahiainveste (2% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2023 a novembro/2024);
- R\$ 13,5 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 36,2 mil, a despesas diversas.

Os encargos e taxas debitados no exercício de 2023, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 1.917,9 mil (0,55% do patrimônio médio₃), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 1.122,6 mil referem-se à taxa de administração da Desenbahia (3% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2022 a novembro/2023);
- R\$ 748,4 mil referem-se à taxa de administração da Bahiainveste (2% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2022 a novembro/2023);
- R\$ 13,8 mil, a custos com Auditoria Independente; e
- R\$ 33,2 mil, a despesas diversas.

5.5. Investimentos imobiliários

Não se aplica no período analisado.

5.6. Valor de mercado dos ativos

Não se aplica no período analisado.

6. Programa de Investimentos para o próximo período

Não há perspectivas de novos investimentos para o próximo período.

¹ O presente relatório foi elaborado em cumprimento aos artigos 3º, 33, 34 e 35 do Regulamento do Fundo.
² O patrimônio líquido era de R\$ 373.921 mil em 30/06/2024 e de R\$ 390.951 mil em 31/12/2024.
³ O patrimônio líquido era de R\$ 340.516 mil em 30/06/2023 e de R\$ 358.080 mil em 31/12/2023.

de equivalentes de caixa, quando com vencimento de até 90 dias e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	2024	2023
Equivalentes de Caixa		
Cotas de Fundos Renda Fixa (Nota Explicativa n° 04)	69.560	87.121

(h) O Fundo não opera com instrumentos derivativos.

(i) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações. Não foram observados eventos desta natureza para os exercícios apresentados.

4. Títulos e valores mobiliários

Faixa de vencimento – 2024						
Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 a 2 anos	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
FI FGBP CRED PRIV LP	(32)	69.592	66.435	37.947	56.854	125.893
Disponibilidades	21	-	-	-	-	21
Operações	-	-	-	-	82.452	82.452
compromissadas	-	-	-	-	-	-
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	69.592	66.435	37.947	56.854	43.441	274.269
Valores a pagar	(53)	-	-	-	-	(53)
Total	(32)	69.592	66.435	37.947	56.854	125.893

Faixa de vencimento – 2023						
Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 a 2 anos	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
FI FGBP CRED PRIV LP	5.785	81.337	104.168	81.314	19.952	31.251
Disponibilidades	11	-	-	-	-	11
Operações	5.822	-	-	-	-	5.822
compromissadas	-	-	-	-	-	-
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	-	-	-
Títulos públicos	-	81.337	104.168	81.314	19.952	31.251
Valores a pagar	(48)	-	-	-	-	(48)
Total	5.785	81.337	104.168	81.314	19.952	31.251

5. Outros créditos

	2024	2023
Garantias honradas (1)	34.367	34.367
Pendências a regularizar	50	50
Total	34.417	34.417

(1) Valores a serem ressarcidos pela SEDUR devido honra de garantia em função da PPP com o consórcio CCR Metrô.

6. Obrigações diversas

As obrigações do Fundo estão compostas por:

	2024	2023
Taxa de Administração (i)	93	86
Outras obrigações (ii)	63	58
Total	156	144

(i) Conforme previsto em seu regulamento, mensalmente o Fundo paga ao seu administrador (Desenbahia), pelos serviços de gestão do Fundo, uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2013 ficou estabelecida a taxa de 3% ao ano.

(ii) Despesas com serviço de terceiros.

7. Patrimônio líquido

O capital social é constituído de 170.781 (170.781 em 31 de dezembro de 2023) cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. Movimentação das cotas:

	2024		2023	
	Capital Social (R\$)	Quantidade de cotas	Capital Social (R\$)	Quantidade de cotas
Saldo inicial em 1o janeiro	126.005	170.781	126.005	170.781
(+) Subscrição	-	-	-	-
(-) Resgate	-	-	-	-
(=) Saldo final em 31 de dezembro	126.005	170.781	126.005	170.781

O Fundo não paga rendimentos a seus cotistas. A estes está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

O patrimônio líquido é constituído também por reserva de lucros no valor de R\$ 264.946 (R\$ 232.075 em 31 de dezembro de 2023).

8. Outras despesas operacionais

	2024	2023
Despesas com auditoria independente	13	13
Despesas com serviços técnicos especializados	693	741
Outras despesas administrativas	10	8
Despesas com taxa de administração	1.039	1.112
	1.781	1.899

9. Partes relacionadas

Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas:

- **Estado da Bahia:** único cotista;
- **Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A**

• **SEDUR** – Secretaria do Desenvolvimento Urbano – responsável pela honra.

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com seus assessores jurídicos, não há conhecimento de processos movidos contra o Fundo.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Agenor Martinelli Braga

Diretor de Administração e Finanças

Fábio Serravalle Franco

Diretor de Operações

Marko Svec Silva

GERÊNCIA FINANCEIRA

Marcelo Borges Weckerle

Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tórres

Contador - CRC-BA 24.277/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

Aos

**Administradores do FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS – FGBP
(Administrado pela Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia
S.A.) Salvador – BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP (“Fundo”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias – FGBP em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

A base de elaboração das respectivas demonstrações contábeis está descrita na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis. Essas demonstrações contábeis estão compatíveis com o sistema adotado pelo seu administrador. As operações do fundo se assemelham às operações do seu Administrador e algumas normas aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) são adotadas, sem prejuízo às práticas contábeis adotadas no Brasil. As suas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com estas práticas. Nossa opinião não contém modificação sobre o assunto enfatizado.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2 e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, caso as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, incluindo as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 23 de abril de 2025.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP

Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim

CRC 1SP 307.736/O – 5